PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Ciclo de Capacitação em Direito Civil: A Proposta de Reforma do Código Civil – Direito das Coisas

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	**Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro** Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell'Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	**Até 23 de julho de 2025**		
DATA E HORÁRIO	**28 de julho a 22 de agosto de 2025** **Aulas síncronas: dias 04, 11 e 18/08, das 9h às 10h30min.**		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Proposta de Reforma do Código Civil; Direito das Coisas; Posse e Propriedade; posse coletiva. Condomínio; Multipropriedade; Locações de curtíssima temporada; Propriedade Fiduciária e garantias.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	**Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:** Temas de Direito Civil **Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:** Direito, Economia e aplicações práticas		
JUSTIFICATIVA	Encontra-se em tramitação o Projeto de Lei n. 4, de 2025, de Autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que dispões sobre a atualização da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e legislação correlata que. O projeto propõe a atualização e adequação do Código Civil que impactará profundamente as relações privadas, sendo de especial importância o aprofundamento dos textos constantes da proposta de reforma para discussão e conhecimento prévio das modificações que podem vir a ser implementadas. Considerando a impossibilidade de tratar em um único curso todo o escopo da proposta, tendo em vista a dimensão das alterações, o curso terá como objeto a análise das principais modificações que constam do texto final encaminhado, no que tange ao Direito das Coisas.		

	No âmbito do Direito das Coisas serão abordados os temas mais recorrentes em conflitos judiciais, a fim de que as principais discussões desenvolvidas no período de formulação da proposta e debates possam ser conhecidas e enfrentadas.
OBJETIVO GERAL	O/A magistrado/a estará apto a avaliar a proposta de reforma do Código Civil no âmbito do direito das coisas a partir dos debates referentes às modificações propostas em relação aos institutos da posse e da propriedade; identificar as modificações propostas relativas ao direito condominial, multipropriedade e locações de curtíssima duração com os principais conflitos vivenciados atualmente no âmbito judicial e analisar criticamente a dimensão das mudanças propostas em relação ao sistema geral de garantias reais em comparação ao sistema atualmente vigente.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ao final do módulo 1 o/a magistrado/a será capaz de analisar comparativamente as modificações propostas no âmbito do direito possessório, especialmente os efeitos e proteção da posse, bem como o direito de propriedade, com especial enfoque na aquisição da propriedade com as controvérsias atualmente vivenciadas na doutrina. Ao final do módulo 2 o/a magistrado/a será capaz de enfrentar os conflitos mais frequentemente ocorridos em relação ao direito condominial, direito de vizinhança e locações de curtíssima duração, especialmente avaliando se a proposta de reforma será capaz de promover maior uniformização de entendimento e segurança jurídica. Ao final do módulo 3 o/a magistrado/a será capaz de avaliar a eficácia e segurança jurídica das propostas de reforma do sistema de garantias reais em relação ao sistema atualmente vigente.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	**Marco Aurélio Bezerra de Melo** Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Professor emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor titular do IBMEC. Professor permanente do PPGD da UNESA. Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6520966567216692
TUTORIA	**Rachel Louise Braga Delmás Leoni Lopes de Oliveira** Advogada. Doutora em Direito pela PUC-Rio (2019). Mestre em Direito pela PUC-Rio (2015), Especialista em Direito Civil-Constitucional pela UERJ, 2013. Professora Permanente do Mestrado Profissional em Direito Civil da PUC-Rio. Professora de Direito Civil da Graduação e Pós-graduação lato sensu PUC-Rio. Conselheira da OAB/RJ. Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e Habitacionais OAB/RJ. Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1722230336543694

DOCENTES **(máximo de 4 docentes)**	**Cláudia Franco Côrrea** Professora Adjunta de Direito Civil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado (2011) e Mestrado (2002) em Direito pela UGF/RJ (Conceito CAPES 5). Pós-Doutora em Antropologia Urbana pela UERJ. Pós-doutoranda em Serviço Social pela PUC/Rio, com foco em Direito à cidade com estágio de pós-doutoramento completo. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Veiga de Almeida - PPGD/UVA. Líder do grupo de pesquisa reconhecido pelo DGP/CNPq e certificado pela UVA: Direito à cidade e cidadania Urbana. Realiza pesquisa na área do Direito à Cidade, em especial, a respeito de ocupação irregular em formatação de favelas no Rio de Janeiro, bem como na área de Direito Civil Contemporâneo. Advogada com experiência nas áreas de Direito Civil, com foco no Direito de Família, Direito imobiliário e Direito Fundiário. Membro da Comissão Especial de Direito Urbanístico e Direito Imobiliário - CDUDI OAB/RJ. Membro titular da Faperj. Coordenadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Veiga de Almeida/RJ (2021-2024). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6184818136194219 **Marcela Sardas** Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e mestrado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998), tendo sido orientada pelo Prof. Dr Jacob Dolinger. É professora de Direito Civil , Introdução ao Direito e Direito Internacional Privado. Professora da Pós graduação da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Possui Formação de Formadores. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/7345850967068617 **Flávio Murilo Tartuce Silva** Professor Titular permanente e Coordenador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado) da Faculdade Escola Paulista de Direito (EPD). Pós-Doutor em Direito Civil pela USP (2019-2023). Doutor em Direito Civil pela USP (2010). Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP (2004). Especialista em Direito Contratual pela PUC/SP (2001). Graduado pela Faculdade de Direito da USP (1998). Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Contratual, Direito Civil e Direito de Família e das Sucessões da Escola Paulista de Direito (EPD-São Paulo), onde também é professor. Patrono regente da pós-graduação em Advocacia do Direito Negocial e Imobiliário da Escola Brasileira de Direito (EBRADI) Professor visitante em cursos de pós-graduação lato sensu pelo País. Primeiro Presidente e Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Professor e conferencista convidado em cursos ministrados em Escolas da Magistratura. Foi Diretor da Escola Superior da Advocacia da OABSP, entre 2022 e 2024. Conselheiro Federal da OAB, pela OABSP. Relator do Anteprojeto de Reforma do Código Civil, nomeado pelo Senado Federal (2023-2024). Autor e coautor de obras jurídicas pela Editora GEN (Forense, Atlas e Método). Advogado, parecerista e consultor jurídico em São Paulo. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/7182705988837779

	Melhim Namem Chalhub Advogado, consultor e parecerista em Direito Privado. Possui pós-graduação. Especialista em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros, da Academia Brasileira de Direito Civil e da Academia Brasileira de Direito Registral Imobiliário. Autor do anteprojeto de lei do sistema de garantias fiduciárias instituído pela Lei nº 9.514/1997 e do anteprojeto sobre a constituição de patrimônios de afetação dos acervos das incorporações imobiliárias, regulamentada pelos arts. 31A a 31F da Lei nº 4.591/1964, com a redação dada pelo art. 53 da Lei nº 10.931/2004. **Marco Aurélio Bezerra de Melo** Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Professor emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor titular do IBMEC. Professor permanente do PPGD da UNESA. Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6520966567216692
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	O curso é composto de 3 módulos de duração de uma semana cada um. Ao longo do curso, em cada módulo serão disponibilizadas duas vídeoaulas e acontecerá uma aula síncrona e um fórum de discussão, com possibilidade de ampliação do debate do tema macro do módulo, para além dos limites das aulas gravadas e aula síncrona. Serão utilizadas ferramentas ativas como uso de questionários no mentimeter e mural virtual e permitirão que os alunos apresentem sua percepção de quanto as propostas de reforma do Código Civil. Cada um dos professores disponibilizará textos para a leitura prévia dos alunos, sem prejuízo dos textos a serem disponibilizados pela tutora. Materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Gravação de videoaula Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates Questões formativas Ferramentas ativas: Mural Virtual Encontro síncrono

	Mentimeter
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO **Período: de 28/07 a 29/07**	O curso será apresentado pela tutora da disciplina, sendo fornecida a programação, além de informações quanto aos métodos de avaliação. Haverá um Fórum de Apresentação entre Tutora e Alunos(as).
Módulo 1 **Período: de 30/07 a 05/08** **Carga horária:** **06 horas**	**Proposta de reforma nos institutos da posse e propriedade** **2 Vídeo aulas** (30 minutos cada) **Tema: As principais modificações propostas na reforma do CC na posse e na propriedade** **Conteúdo programático:** Apresentação das principais propostas de reforma do Código Civil nos institutos da posse e propriedade. **Docente: Marco Aurélio Bezerra de Melo.** **Vídeo Aula** (30 minutos) **Tema: O direito de propriedade e à propriedade e a proteção da moradia.** **Conteúdo programático:** Conteúdo constitucional do direito de propriedade e sua regulamentação pelo Direito Civil e a proteção da moradia. **Docente: Rachel Louise Braga Delmás Leoni Lopes de Oliveira** **Encontro síncrono** (1h30min) **Dia e horário: dia 04/08, das 9h às 10h30min.** **Tema: Análise comparativa da legislação vigente e a proposta de reforma do CC nos institutos da posse e propriedade.** **Conteúdo programático:** Análise das principais propostas de reformas especialmente no que tange aos efeitos e proteção possessória e formas de aquisição da propriedade. **Docente: Marco Aurélio Bezerra de Melo** **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem:** **Fórum de discussão** formativa (1h30m) e **mural virtual** (30 min). A avaliação se dará de modo continuado, com o registro individualizado da evolução do participante acerca da sua compreensão da temática. Será observada a participação dos(as) alunos(as) na aula síncrona, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e na atividade do mural virtual. **Leitura obrigatória:** (1h)

	MELO, Marco Aurélio Bezerra de. A função social da posse coletiva para a proteção das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. In: MELO, Marco Aurélio Bezerra de. E SCHREIBER, Anderson (coord.). *Direito e Transformação Social*. Indaiatuba: Editora Foco, 2023. TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. Posse e Propriedade: um conflito infindável. A função social como parâmetro de proteção do vínculo homem-solo. In: MELO, Marco Aurélio Bezerra de. E SCHREIBER, Anderson (coord.). *Direito e Transformação Social*. Indaiatuba: Editora Foco, 2023.
Módulo 2 **Período: de 06/08 a 12/08** **Carga horária:** **06 horas**	**Condomínio. Multipropriedade e Direito de Vizinhança.** **2 Vídeo aulas** (30 minutos cada) **Tema: Principais propostas de modificação no direito condominial, direito de vizinhança e multipropriedade.** **Conteúdo programático:** Análise e apresentação das principais propostas de reforma do CC no direito condominial, direito de vizinhança e multipropriedade traçando um comparativo com a legislação vigente. **Docente: Marcela Sardas** **Encontro síncrono** (1h30min) **Dia e horário: dia 11/08, das 9h às 10h30min.** **Tema: Locações de curtíssima temporada e o direito condominial** **Conteúdo programático:** Análise quanto a uniformização de entendimento e maior segurança jurídica a partir da proposta de reforma face o atual entendimento do STJ. **Docente: Flávio Murilo Tartuce Silva** **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem:** **Fórum de discussão** (1h30m) e questionário no **Mentimeter** (30 min). A avaliação se dará de modo continuado, com o registro individualizado da evolução do participante acerca da sua compreensão da temática. Será observada a participação dos(as) alunos(as) na aula síncrona, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e resposta aos questionários. **Leitura obrigatória:** (1h30min) MELO, Marco Aurélio Bezerra de. O Airbnb e a vida condominial. *Revista Justiça e Cidadania, Direito Privado*, Rio de Janeiro, ed. 249, 24 maio 2021. Disponível em: https://www.editorajc.com.br/o-airbnb-e-a-vida-condominial/. Acesso em: 06 maio 2025.

	MORAIS, José Luis Bolzan de; GUZANSKY, Bruno José Calmon du Pin Tristão. Comentários aos Recursos Especiais no. 1.819.075/RS e 1.884.483/PR. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 215-238, out./dez. 2022.
Módulo 3 **Período: de 13/08 a 19/08** **Carga horária:** **06 horas**	**Propriedade Fiduciária e Direitos reais de garantias.** **Vídeo aula** (30 minutos) **Tema: Direitos Reais de Garantia – O que muda com a proposta de reforma do CC?** **Conteúdo programático**: Sistema geral de garantias vigente. Modelo de extrajudicialização.. Revigoração da hipoteca. Contraponto alienação fiduciária. **Docente: Cláudia Franco Côrrea** **Vídeo aula** (30 minutos) **Tema: Direitos Reais de Garantia – O que muda com a proposta de reforma do CC?** **Conteúdo programático**: Análise e apresentação das principais mudanças propostas na reforma no CC relativas aos direitos reais de garantia. **Docente: Cláudia Franco Côrrea** **Encontro síncrono** (1h30min) **Dia e horário: dia 18/08, das 9h às 10h30min** **Tema: Alienação Fiduciária** **Conteúdo programático:** Análise quando as principais propostas de modificação relativas ao sistema de alienação fiduciária em garantia de imóveis. **Docente: Melhim Namem Chalhub** **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem:** (incluir carga horária de cada atividade) **Fórum de discussão** (1h30m) e questionário **mentimeter** (30 min). A avaliação se dará de modo continuado, com o registro individualizado da evolução do participante acerca da sua compreensão da temática. Será observada a participação dos(as) alunos(as) na aula síncrona, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e resposta aos questionários. **Leitura obrigatória:** (1h30min) GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz e LGOW, Carla Wainer Chalréo. Maximização das Garantias sobre imóveis: Hipoteca dos direitos expectativos do devedor fiduciante. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 22, p. 243-263, out/dez. 2019.

Módulo de Avaliação final **Período: de 20 a 22/08** **Carga horária:** **02 horas**	**Atividade avaliativa final** Questão formativa: Texto de até 03 páginas com análise crítica sobre os pontos que são entendimentos como atualizações benéficas ou prejudiciais na proposta de reforma do Código Civil, no Direito das Coisas. Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso Avaliação das Aulas Avaliação de Reação
AVALIAÇÃO **(Total 100 pontos)**	03 aulas síncronas – 05 pontos cada. Total 15 pontos. 03 fóruns de discussão – 10 pontos cada – Total 30 pontos 01 Mural com propostas relevantes – 10 pontos 02 questionários mentimenter – 10 pontos cada – Total 20 pontos 01 Questão formativa final – 25 pontos.
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço http://virtual.emerj.com.br/. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES**: Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de

acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.

4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO**. Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO**. A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.

ASSINATURAS

Coordenador(a) do curso

Diretor(a) da DIAPE-DEAMA

Diretor(a) do DEAMA-EMERJ

Diretor(a)-Geral da EMERJ